

ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

WALDOMIRO DE CASTRO SANTOS VERGUEIRO

Departamento de Biblioteconomia e Documentação
Escola de Comunicações e Artes – USP – Cidade Universitária
Armando de Salles Oliveira
05508 São Paulo, SP

O estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções é uma necessidade em biblioteca. O trabalho de elaboração da política pode ser muito facilitado pela utilização de modelos devidamente adaptados à realidade local. As **Diretrizes da American Library Association** indicam uma das possibilidades a serem exploradas pelos bibliotecários brasileiros.

1. INTRODUÇÃO

As bibliotecas brasileiras são, em geral, compostas por coleções que não chegaram a desenvolver-se de forma adequada. Ou melhor: as coleções de boa parte das nossas bibliotecas apenas cresceram aleatoriamente – incharam! – e não chegaram, na realidade, a desenvolver-se. Considerando-se este fato, é até facilmente explicável – ou, ao menos, compreensível – a situação desanimadora em que se encontram, em geral, as bibliotecas deste País, reflexo do descaso pela cultura e do pouco planejamento a ela dedicado. Quando se pensa na grande, enorme quantidade de material bibliográfico espalhado pelas estantes das bibliotecas, algumas vezes sem qualquer preparo que possibilite seu uso, outras vezes, quando tal preparo existe, totalmente subutilizado, fica-se tentado a desanimar da busca de soluções e, até mesmo, a descreer de sua existência. Imagine-se o custo acumulado pela aquisição de livros – para apenas falar neste tipo de material –, que **literalmente** mofam nas prateleiras, sem nunca sequer serem abertos... Embora não se tenha – e provavelmente jamais se irá ter – acesso ao dado exato, é fácil imaginar que este seja um índice

bastante alto. Isto para ficar apenas no dado quantitativo, sem entrar na discussão do custo-benefício. Não é de admirar que quase nunca existam verbas suficientes para bibliotecas. Quando o benefício é igual a zero, qualquer custo, fatalmente, é considerado alto... Talvez seja este o raciocínio por trás das negativas constantemente recebidas por bibliotecários no seu trato com autoridades governamentais ou com superiores hierárquicos. Este é apenas um dos motivos – e, certamente, **não** o mais importante – para que os bibliotecários passem a preocupar-se, cada vez mais seriamente, com a questão do desenvolvimento de suas coleções.

2. DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A literatura internacional sobre o assunto é bastante rica em discussões, o que se incrementou a partir da última década, quando a impossibilidade de acompanhar o ritmo alucinante de crescimento da literatura – seja através da construção de novos espaços físicos, seja através do tratamento do material – tornou-se mais que evidente. O maior crescimento de bibliotecas universitárias nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu no período que vai de 1967 a 1974, no qual foram construídos prédios para acomodar cerca de 163 milhões de volumes; já as coleções das bibliotecas universitárias daquele país, devido ao grande volume de verbas então disponíveis, expandiram-se, no mesmo período, por volta de 166 milhões de volumes. Ou seja: três milhões de volumes a mais do que foi possível providenciar em termos de armazenamento (11:6). E isto num dos momentos mais favoráveis já vividos pela Biblioteconomia norte-americana. Depois disso, as verbas, tanto para a construção de novos edifícios como para a aquisição de materiais, começaram a tornar-se mais difíceis de serem obtidas, e a necessidade de planificação do acervo passou a ser uma certeza, o que as revisões de literatura sobre desenvolvimento de coleções confirmam largamente (10:4).

No Brasil, esta não é ainda uma preocupação muito comum aos bibliotecários. É normal encontrar nos mesmos quase completa indiferença em relação ao assunto, ou até idéias errôneas. Falha dos profissionais, mas também falha da formação inadequada, que até recentemente não tratava o assunto em grande detalhe. Apenas a partir da entrada em vigor do novo currículo mínimo, em 1984, passou a constar obrigatoriamente, entre as chamadas matérias técnicas, a matéria **Formação e Desenvolvimento de Coleções**, que traz como ementa “princípios e políticas de seleção; formas, recursos, procedimentos e legislação para aquisição; princípios e técnicas de avaliação de coleções; conservação de coleções; política de expansão da biblioteca” (3), e tem seus objetivos assim delineados:

“Capacidade de formular princípios e métodos e empregar técnicas para a formação, desenvolvimento e avaliação das coleções, visando à sua adequação aos usuários. Compreensão da necessidade de conservação dos diversos suportes físicos do conhecimento e de tratamento adequados a cada tipo, de acordo com sua natureza”. (3)

Isto significa, sem dúvida, um grande avanço no tratamento do assunto, uma vez que cada escola de Biblioteconomia do País poderá adaptar o currículo a suas necessidades e acrescentar o que entender mais conveniente, desdobrando a matéria em quantas disciplinas precisar. A análise da ementa proposta pelo Conselho Federal de Educação, no entanto, deixa entrever uma visão muito restrita do desenvolvimento de coleções, com seu enfoque iniciando-se pela seleção e aquisição de materiais para bibliotecas. É claro que tanto um como o outro fazem, realmente, parte do desenvolvimento de coleções, mas não chegam a iniciá-lo, uma vez que este último é, na realidade, um processo muito mais abrangente – “função de planejamento global da coleção” (6). Espera-se, talvez com excessivo otimismo, que as escolas de Biblioteconomia preencham em suas práticas educacionais – o currículo mínimo de cada

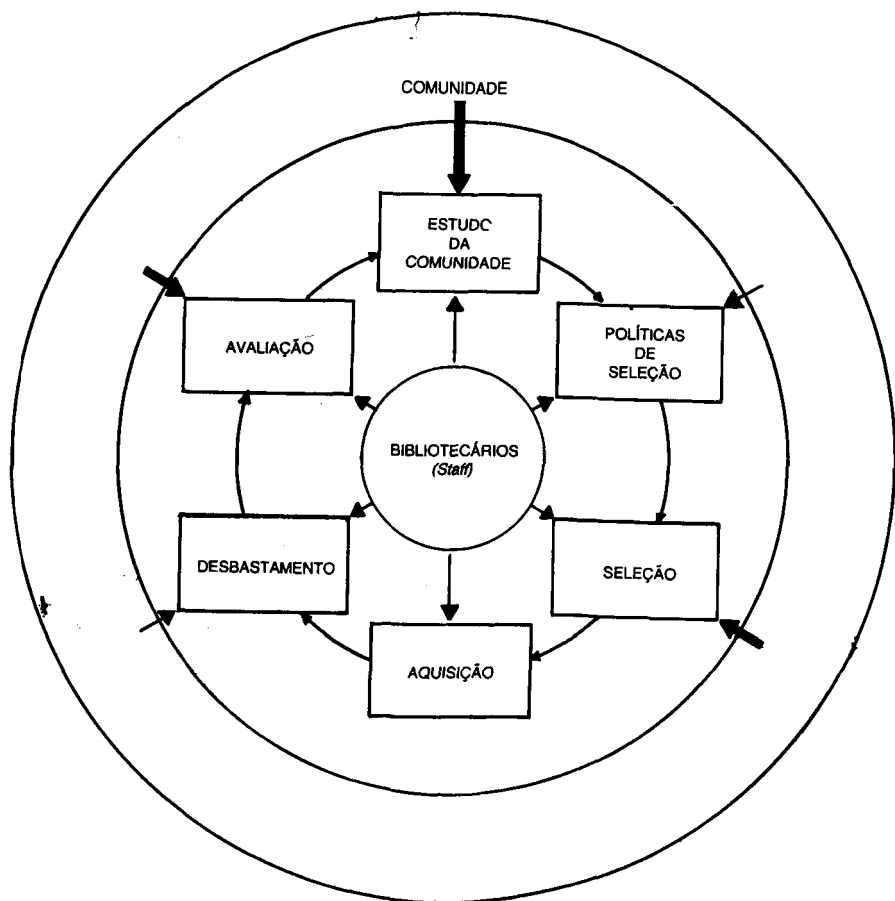


Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções

uma delas —, o que faltou na ementa da matéria, conforme esta vem definida no currículo mínimo, e tenham sucesso em transmitir aos futuros bibliotecários a idéia de desenvolvimento de coleções como o “processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção de materiais de biblioteca em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade, e tentando corrigir as fraquezas existentes, quando constatados”, o que vai requerer “constante exame e avaliação dos recursos da biblioteca e constante estudo tanto das necessidades dos usuários como de mudanças na comunidade a ser servida” (4:28).

Sendo um processo, o desenvolvimento de coleções terá um caráter cíclico e a ênfase irá variar, para cada um de seus componentes, de acordo com o tipo de biblioteca. Em geral, no entanto, o processo pode ser considerado comum a todos os tipos e, conforme o modelo de Evans, vai constituir-se dos seguintes elementos: análise da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, que se inter-relacionam, enquanto, ao mesmo tempo, são desenvolvidos pelos bibliotecários, tendo como parâmetro a sua comunidade-alvo. Segundo Evans, esse processo pode ser ilustrado por círculos concêntricos, nos quais se localizam as diversas fases do processo e que têm como ponto central o pessoal bibliotecário (figura 1). A figura elaborada pelo bibliotecário norte-americano é bastante elucidativa, por mostrar que o processo não se constitui apenas e tão-somente na seleção e aquisição, mas vai muito além, passando pela análise da comunidade como um todo — e não apenas dos usuários reais —, e chegando, finalmente, à avaliação da coleção que irá novamente desancadear o ciclo. Como foi mencionado no início deste parágrafo, a ênfase em cada componente irá variar de biblioteca para biblioteca — bibliotecas públicas têm que dar, em geral, mais peso ao estudo da comunidade, enquanto bibliotecas universitárias e escolares nem tanto —, mas em cada uma delas deverá existir, necessariamente, todo o processo. E, sendo processo, precisará ser considerado como atividade normal e rotineira da biblioteca. Disto se depreende que não procede, absolutamente, a desculpa tão utilizada por bibliotecários de que não realizam uma determinada fase do desenvolvimento de coleções — usualmente a avaliação ou o estudo de comunidade — por absoluta falta de tempo. A partir do momento em que se considera o desenvolvimento de coleções como atividade rotineira da biblioteca — assim como o são a catalogação, a classificação e a elaboração de relatórios anuais —, qualquer desculpa para não realizar todas as fases do processo perde a sua razão de ser. Mas esta, a colocação do desenvolvimento de coleções no mesmo nível das demais atividades da biblioteca, e não como um luxo ao qual se podem dar apenas alguns privilegiados, é uma luta árdua. Existem diversos empecilhos para a sua concretização, empecilhos estes que vão desde barreiras psicológicas em relação a algumas fases do processo, como o descarte, por exemplo, até a quase total incapacidade do bibliotecário brasileiro de pensar a coleção de sua biblioteca como um vir-a-ser, ou seja, como objeto de reflexão e de planejamento, passando pela dificuldade que muitos encontram para colocar em termos claros o que desejam alcançar e sob que critérios norteiam seu procedimento. Em suma, em conseguir elaborar, por mais simples

que seja, um documento que contenha, de forma objetiva e segura, a política, por eles seguida, para o desenvolvimento de suas coleções. A maior parte dos bibliotecários consegue chegar, quando muito, a uma carta de aquisição ou a uma política de seleção, mas são raros os que conseguem elaborar uma política para o desenvolvimento da coleção. É certo que a elaboração de tal política não é tarefa das mais fáceis e, mais uma vez, a formação recebida no curso de graduação contribui muito pouco para facilitar o trabalho. Este artigo tem como um de seus objetivos a contribuição para a redução dessa dificuldade, tentando levantar alguns modelos, adaptados da literatura internacional, que possam funcionar como guia para a elaboração de políticas para o desenvolvimento de coleções.

3. POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

As razões para elaboração de uma política de desenvolvimento da coleção parecem mais que evidentes, a começar por razões econômicas, embora não se possa — ou não se deva — pensar em elaborar políticas apenas tendo como alvo a provável economia de recursos que se poderia conseguir por seu intermédio. Mas, de qualquer forma, razões econômicas exigem a determinação de prioridades, pois normalmente não se tem — e provavelmente jamais se irá ter verbas suficientes para a aquisição de todos os materiais de interesse; ou, se verbas suficientes existissem, provavelmente não se teria o espaço ou o pessoal necessário para acomodação e preparo dos materiais adquiridos. Assim, o estabelecimento de uma política para o desenvolvimento de coleções surge, para dizer o mínimo, como medida de bom-senso, apesar de que não se deve confundir as coisas, e daí concluir que a função principal do desenvolvimento de coleções é de economizar as verbas da biblioteca.

Feng levanta as razões que norteiam a elaboração de uma política para o desenvolvimento da coleção. São elas:

- 1º o próprio processo de elaboração do documento propicia oportunidade de auto-avaliação e reflexão;
- 2º tal documento garante uma coleção consistente e crescimento balanceado dos recursos da biblioteca. (5:40)

Ou seja, a política irá funcionar como diretriz às decisões do bibliotecário em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e em relação à própria administração dos recursos informacionais. É ela que irá prover uma descrição atual da coleção, apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos e funcionar como elemento de argumentação ao bibliotecário, dando-lhe subsídios para discussão com autoridades superiores, tanto para a obtenção de novas aquisições como para recusa a imposições estapafúrdias.

política para o desenvolvimento da coleção funciona, basicamente; como um instrumento de comunicação e, nessa condição, deve executar três funções básicas:

- a) referencial – possibilita uma descrição acurada e atualizada do estado da coleção, seu atual desenvolvimeto e a direção que a ela se deseja imprimir;
- b) generativa – aponta os meios para transformar a coleção, de seu estado atual em uma outra com qualidades predeterminadas;
- c) retórica – é argumentativa, funcionando como elemento demonstrativo da existência de um plano racional e consistente para o desenvolvimento da coleção, oferecendo, portanto, garantia de continuidade. (1:170)

A elaboração de um documento que contenha a política para o desenvolvimento da coleção não é tarefa das mais fáceis e exige grande dose de planejamento. O ideal é que tal documento surja como resultado de discussões entre o bibliotecário responsável pelo desenvolvimento da coleção e aqueles a quem a mesma se destina. Características específicas de cada tipologia de biblioteca irão influenciar o desenvolvimento do trabalho e o resultado final. No entanto, existem elementos comuns a todos os tipos de bibliotecas, muito embora o aprofundamento em cada um deles possa variar. Assim, bibliotecas públicas deverão necessariamente enfatizar, na seleção, elementos individuais de cada título, enquanto que a seleção em bibliotecas acadêmicas e universitárias será efetuada levando-se em consideração as áreas de interesse, tanto para o ensino e a pesquisa como, também, para os serviços de extensão à comunidade. Atualmente, já podem ser encontradas várias diretrizes para a formulação de políticas para o desenvolvimento de coleções, destacando-se as diretrizes elaboradas pela American Library Association durante a década de 70 (2), que irão enfatizar os seguintes elementos constituintes da política:

1. análise dos objetivos gerais da instituição à qual a coleção está subordinada;
2. análise detalhada da política de desenvolvimento da coleção, por áreas de interesse; e
3. análise detalhada da política de desenvolvimento da coleção, por formato do material.

O primeiro elemento irá incluir uma panorâmica da coleção, detalhando a clientela a ser servida e as necessidades específicas, dessa clientela, que a coleção deve satisfazer – o que pressupõe um anterior estudo de comunidade –, grandes limites de assunto de interesse para a coleção e nos quais a mesma irá locomover-se e as prioridades gerais e/ou limitações a nortear a seleção de materiais, onde irão constar as áreas a que se deve dar maior peso, os formatos de material que serão ou não coletados, as restrições de ordem geográfica, lingüística, cronológica, etc, as

condições exigidas para duplicação de material e os programas de cooperação aos quais a biblioteca se encontra ligada e outros que, de uma forma ou de outra, afetam ou possam vir a afetar a política para o desenvolvimento da coleção.

O segundo elemento da política irá detalhar a coleção em cada um dos assuntos que a constituem e/ou que se deseja venham constituí-la, detalhamento este que será efetuado de acordo com as necessidades de cada biblioteca. Embora a ALA sugira um grau de detalhamento ideal para fins de comparação entre as coleções, entende-se que esse grau de detalhamento deve ser, na realidade, proporcional às necessidades da biblioteca e aos objetivos que esta deseja alcançar com o estabelecimento da política para o desenvolvimento de sua coleção. Após esse detalhamento, cada assunto deverá ser minuciosamente analisado, indicando o estado atual da coleção, o nível de coleta atual e o desejado, necessário para atingir os objetivos estipulados, os idiomas nos quais se irá coletar material, os períodos cronológicos de interesse para a biblioteca, as áreas geográficas, os formatos a serem coletados (ou excluídos) e a determinação da responsabilidade pela seleção, quando se irá especificar quem (bibliotecário, professor, comissão de usuários) é responsável pela seleção naquela área específica de assunto.

Conceitos bastante interessantes e que merecem ser salientados neste momento são os de **níveis de densidade** e **níveis de coleta**, os quais vão indicar, respectivamente, a extensão da coleção em um determinado assunto e o grau da atual atividade de coleta neste assunto. Tais níveis serão subdivididos em cinco outros níveis, que irão identificar, em linhas gerais, a intensidade de coleta naquele assunto. Estes níveis são, segundo a ALA:

- a) **compreensivo**: uma área em que a biblioteca pretende adquirir todos os trabalhos significativos, registrados sob qualquer formato, em todos os idiomas de interesse. É, basicamente, um nível preocupado muito mais com a exaustividade do que com a seleção. Almeja-se, neste nível, obter **tudo** o humanamente possível;
- b) **nível de pesquisa**: uma área que inclui as principais fontes necessárias para a elaboração de pesquisas científicas e/ou teses e dissertações acadêmicas. Vai incluir material contendo relatos de pesquisas e outras informações úteis para pesquisadores, além de abranger, também, todas as fontes de referência importantes e uma vasta seleção de monografias especializadas, assim como uma extensa coleção de periódicos e acesso aos principais serviços de indexação, tanto bibliográficos como computadorizados, existentes na área;
- c) **nível de estudo**: área adequada para dar apoio a cursos de graduação e estudos independentes, ou seja, destinada a dar suporte para estudos mais limitados, de objetivos mais gerais, menos ambiciosos que os atendidos pelo

nível de pesquisa. Irá incluir uma grande variedade de monografias básicas à área, completa coleção de escritores mais importantes e obras selecionadas de autores não tão importantes, os periódicos mais representativos na área e obras de referência relacionadas a ela;

d) nível básico: onde a seleção será muito mais minuciosa, almejando prover a biblioteca de obras que introduzam e definam o assunto e indiquem as variedades de informações sobre o mesmo, disponíveis em outros locais. Neste nível estarão incluídos os principais dicionários e enciclopédias, edições selecionadas de trabalhos importantes, bibliografias indispensáveis e alguns poucos periódicos de muitíssima importância;

e) nível mínimo: áreas de assunto fora do interesse da biblioteca, nas quais pouquíssimas seleções são efetuadas além dos mais básicos instrumentos de referência.

Estes níveis de densidade e coleta são bastante úteis para o estabelecimento da política de desenvolvimento da coleção, na medida em que sejam desenvolvidos da forma mais objetiva possível e possam, assim, servir como garantia de continuidade do processo.

Finalmente, o terceiro elemento da política para o desenvolvimento da coleção *irá tratar de formatos especiais, ou seja, análise detalhada, quando necessário, de formatos específicos que fazem parte da coleção, quando a política para esses materiais difere daquela estipulada por assunto. Assim, em muitos casos, pode ser necessário estabelecer políticas específicas para o desenvolvimento das coleções de periódicos, de microformas, de obras manuscritas, de publicações governamentais, de mapas, de multimeios etc. Estas políticas devem, quando possível, seguir a mesma estrutura básica utilizada para a análise por assunto.*

As diretrizes desenvolvidas pela ALA são apenas uma das possibilidades a serem utilizadas como parâmetro pelos bibliotecários. Outros modelos foram desenvolvidos pelo Research Libraries Group (8) e por Evans (4:126-134), bastante similares às diretrizes da ALA. A literatura internacional, nos últimos anos, tem divulgado muitos exemplos de políticas, utilizadas em diversas bibliotecas importantes, para o desenvolvimento de suas coleções, salientando-se as coletâneas editadas por Elisabeth Futas (7), sobre bibliotecas universitárias e públicas e a editada por Betty Kemp (9), sobre bibliotecas escolares e centros de multimeios.

4. CONCLUSÃO

É difícil refutar, pelo menos racionalmente, os argumentos que fundamentam a necessidade do desenvolvimento de coleções em bibliotecas e o estabelecimento de

uma política que ofereça garantias mínimas de continuidade. A Biblioteconomia brasileira parece estar ainda demasiadamente alicerçada em argumentos puramente emocionais, buscando atender um usuário que, em grande número de vezes, existe apenas na imaginação dos bibliotecários. O atraso de nossa literatura especializada – a discussão teórica – e o comprometimento psicológico dos profissionais – o trabalho prático – não podem continuar a ser empecilhos ao planejamento tanto de acervos como de serviços, numa atitude puramente individual, que sempre tende a enfatizar, às vezes de maneira até um pouco caricatural, o **meu** usuário ou a **minha** biblioteca. O comprometimento com um desenvolvimento racional das coleções poderá contribuir para o não desperdício dos escassos recursos disponíveis, evitando a duplicação desnecessária de títulos e volumes, a aquisição de materiais cuja demanda será aquém do necessário para justificar sua incorporação ao acervo e cuja qualidade não justificará sua manutenção, independente da demanda. Este comprometimento poderá, ainda, contribuir para o surgimento de **verdadeiros** sistemas cooperativos de aquisição e planificação de acervos, tanto a nível regional como estadual ou nacional. Ou seja, poderá tornar-se evidente, então, para os bibliotecários brasileiros, que coleções de bibliotecas – e tudo o mais dentro delas – como sistemas, não se desenvolvem de maneira isolada e tendem a crescer, no dizer de Feng, de muitas e diversas maneiras, mas que é obrigação dos profissionais da informação não permitirem que estas cresçam “como um ameba, por meio de *pseudopodia*” (5:40), uma mescla dos fundos disponíveis para aquisição e as preferências pessoais do bibliotecário ou do usuário.

Artigo recebido em 09.09.87

ABSTRACT

Formulation of collection development policies

The formulation of collection development policies is very important to libraries and it can be made easier with the use of models, adapted to local reality. American Library Association Guidelines are one of the possibilities that can be used by Brazilian librarians.

REFERÊNCIAS

1. ATKINSON, R. The language of the levels: reflections on the communication of collection development policy. *College & Research Libraries*, 47 (2):140-9, March 1986.
2. COLLECTION DEVELOPMENT COMMITTEE. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Guidelines for the formulation of collection development policies. *Library Resources & Technical Services*, 21 (1):41-46, 1977.
3. EMENTÁRIO das matérias do currículo mínimo de Biblioteconomia. Brasília, ABEED, 1982.
4. EVANS, G. *Developing library collections*. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1979. p. 26.
5. FENG, Y. T. The necessity for a collection development policy statement. *Library Resources & Technical Services*, 23 (1):39-44, 1979.

6. FIGUEIREDO, N. de. **Metodologias para avaliação de coleções, incluindo procedimentos para revisão, descarte e armazenamento.** Brasília, IBICT, 1985.
7. FUTAS, E. ed. **Library acquisitions policies and procedures.** 2. ed. Phoenix, Oryx, 1984.
8. GWINN, N. E. & MOSHER, P. Coordinating collection development: the RLG Conspectus. **College & Research Libraries**, 44 (2):128-40, 1983.
9. KEMP, B. ed. **School library and media center acquisitions policies and procedures.** 2. ed. Phoenix, Oryx, 1986.
10. MAGRILL, R. M. & HICKEY, D. J. **Acquisitions management and collection development in libraries.** Chicago, American Library Association, 1984.
11. SCHORRIG, C. Sizing up the space problems in academic libraries. In: GORE, Daniel, ed. **Farewell to Alexandria: solutions to space, growth, and performance problems of libraries.** Westport, Greenwood Press, 1977. p. 6-21.